

I - Obrigação de restituição em dobro do valor da taxa cobrada indevidamente ao consumidor.

II - Multa equivalente a 200 vezes o valor da taxa cobrada indevidamente pela companhia aérea, a ser paga à Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC).

Art. 5º Compete à Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) e aos órgãos de defesa do consumidor fiscalizar o cumprimento desta Lei.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A cobrança de taxa por bagagem de mão, sob o argumento de redução de custos e estímulo à competitividade entre as companhias aéreas, não se traduz em benefícios concretos ao consumidor. Na prática, os preços das passagens não sofrerão redução proporcional à nova cobrança, frustrando a expectativa de que a medida de cobrar taxa extra resultaria em tarifas mais acessíveis.

Além disso, essa prática acaba sobrecarregando o passageiro e restringindo o acesso ao transporte aéreo, que é um serviço essencial em um país de dimensões continentais como o Brasil. O direito de transportar consigo uma bagagem de mão, contendo objetos pessoais e itens indispensáveis, é inerente à própria natureza do deslocamento e não deve ser tratado como serviço adicional.

Dessa forma, esta proposta busca restabelecer evitar práticas abusivas e assegurar a proteção do consumidor, garantindo que o passageiro tenha o direito básico de transportar seus pertences pessoais sem a imposição de cobranças indevidas ou desproporcionais.

Sala das Sessões, 15 de outubro de 2025.



RUBENS PEREIRA JÚNIOR
Deputado Federal

Apresentação: 15/10/2025 15:02:18.727 - Mesa

PL n.5203/2025



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257237184200>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Rubens Pereira Júnior

